

Governador
Miguel Arraes de Alencar

DISCURSO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, NO DIA 15 DE MARÇO DE 1987, QUANDO DE SUA POSSE AO CARGO DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Quis o povo que novamente viesse me apresentar nesta Casa, investido da mais alta honra a que pode aspirar um homem do povo: investido, pela vontade livre dos seus concidadãos, da responsabilidade de governar Pernambuco.

Quando, de outra feita, aqui estive, nos idos de 1963, acentuava que a vitória das forças populares, na época, era devida a fatos novos, a uma participação mais ativa e mais ampla do povo no processo de estruturação do País, desta nação brasileira. Hoje, fatos semelhantes aqui nos trazem, a despeito do tempo decorrido e dos acontecimentos que o permearam, estabelecendo mudanças que cabe ter em conta, juntamente com problemas sociais que se agravaram de então para cá.

Em nossa região vivem 30 por cento da população brasileira; encontram-se mais da metade dos analfabetos de mais de 10 anos existentes no País; 45 por cento das habitações subumanas; 63 por cento da população com carência alimentar superior a 200 calorias por dia; 45 por cento dos trabalhadores com rendimento até um salário mínimo; e 54 por cento dos que recebem até meio salário mínimo. A esperança de vida do nordestino é inferior em dez anos à média do habitante do Sudeste. No Nordeste, o empresariado regional perdeu força econômica, enquanto investimentos agropecuários foram realizados em zonas remotas e despovoadas, estimulados por uma política de incentivos que serviu sobretudo de fonte de especulação e de concentração da propriedade da terra.

A existência desses problemas nos autorizaria a, simplesmente repetir as mesmas palavras aqui pronunciadas. No entanto, sendo as mesmas, elas precisam, ao mesmo tempo, ser outras, para que se possa ter em conta as alterações circunstanciais vividas até agora. Forçoso, porém, é conservar o conteúdo do que foi dito, e forçoso é renovar, com mais ênfase ainda, a confiança no nosso povo, na sua determinação, na sua capacidade criativa, na sua incluída, vel decisão de afirmar os seus valores históricos e culturais — tudo o que constitui saldo das lutas, nem sempre vitoriosas, aqui travadas para a formação da comunidade brasileira.

Essa decisão não é apenas nossa, mas de todos os povos e de todas as criaturas que lutam pela liberdade. No ocaso dos impérios, que a Segunda Guerra e as guerras coloniais desagregaram, era natural que se intensificassem os movimentos de afirmação dos países colonizados e neocolonizados, como o nosso. Suas lutas revestiram-se de roupagens as mais diversas, fruto da vivência de cada um e dos mais diferentes fatores que a condicionam.

O tempo encarregou-se de demonstrar que a força pode retardar o exercício pleno daquela decisão, mas é incapaz de eliminá-la. Ela se firma na necessidade de expressão das diferentes comunidades humanas, nasce da própria vida, sendo, assim, por definição, imbatível. Aos acontecimentos havidos no Brasil em 1964 seguem-se outros em todos os continentes, fatos por vezes muito mais sangrentos e insuportáveis, embora com a característica comum de conter o avanço de todos que buscavam diversos caminhos para a solução dos graves problemas sociais agora ainda presentes nas mais variadas latitudes.

O mundo continua palmilhado de guerras contra-revoluções, como as que enfrentam os países recém-libertados de língua portuguesa ou a Nicarágua, submetidos à contínua retaliação das forças mais obscurantistas do mundo. Devemos olhar-nos dentro desse mundo, e não isoladamente, para melhor avaliar a capacidade que tem o nosso povo de transitar, com reduzidos traumas, para situações novas como a que vem sendo conquistada, pouco a pouco, nas lutas políticas recentemente travadas.

Mais fácil na aparência, esse roteiro exige um esforço pesado e permanente para evitar que se tenham ou se contenham as justas lutas do povo. Cabe, por outro lado, não confundí-las com ações isoladas ou aspirações, por vezes bem intencionadas e até carregadas de argumentos, se olhadas de um ângulo restrito, do qual não se divise o universo enorme das necessidades e dificuldades gerais. Cabe ter presente sobretudo que continuamos a enfrentar as mesmas forças que sustentaram o autoritarismo, perturbadas e perplexas ante o avanço democrático, mas não de todo derrotadas. Na medida em que sejam feitas as mudanças exigidas pelo povo, os interesses de tais setores serão atingidos, seu inconformismo aumentará, assim como seu desespero e sua agressividade.

Há, seguramente, modificações no quadro político: uma nítida tendência ao isolamento das formas mais reacionárias, incompatíveis até com o arejamento da mentalidade

de parcela das elites civis, militares e religiosas e com o avanço democrático conquistado pelo povo. Mas as forças retrógradas estão presentes, por vezes disfarçadas de democráticas, defendendo a democracia com um falso ardor que ultrapassa, na aparência, o ardor verdadeiro dos que por esta se sacrificaram. Elas continuam a utilizar o que lhes resta de poder, no mesmo jogo de influência do período autoritário, com vistas à manutenção dos grandes interesses a que sempre serviram.

O povo sabe que seus problemas não serão resolvidos sem uma vontade e uma ação inquebrantáveis. A mudança nos rumos da economia do País não interessa aos que até agora se beneficiaram da abutiva concentração de riquezas às custas das crescentes necessidades da maioria. Por mais que as palavras tentem encobrir essa verdade, ela está presente em todos os acontecimentos.

Para resolver com serenidade essa contradição, é preciso tê-la em conta, sem o que qualquer ação destoará da realidade, tornando-se inadequada ou contraproducente. Recusar e aceitar, sem preconceitos, a realidade, por dura que seja, é o único caminho válido para a solução dos nossos problemas.

É fato incontestável que os avanços obtidos pelo País em vários domínios não solucionaram as questões nacionais, como aquelas com que se defronta a imensa maioria. Estamos atrelados a uma dívida externa que se coloca no centro das nossas dificuldades e, por seu peso e condições, tende a limitar cada vez mais o nosso desenvolvimento. Por outro lado, a acelerada concentração de riquezas, feita internamente em benefício de uma ínfima minoria, agravou as questões sociais — como o desemprego, o déficit de alimentação, moradia, educação, saúde e transporte — gerando diversos problemas pelo País afora. A descrição que aqui fizemos do Nordeste aplica-se hoje a certas zonas do Centro-Sul, onde os nordestinos se amontoam junto com compatriotas de várias procedências, para compor a grande faixa marginal que por enquanto não tem vez nem hora de encontrar a hora e a vez para os brasileiros.

Encontrar a hora e a vez para os brasileiros é tarefa de todos nós, sobretudo dos nordestinos, espalhados que estamos por todo o território nacional. Ao voltar do exílio, tive oportunidade de dizer que seremos a linha que há de costurar a unidade da nação brasileira, pois os mecanismos do modelo econômico nos forçaram ao exílio interno, a que foram levados mais de um milhão de pernambucanos nos últimos dez anos, afora nesses irmãos dos outros Estados da região.

Esse destino, que dividiu inúmeras famílias, que não é fruto da fatalidade mas de fatores bem conhecidos, destino sem dúvida triste e indesejável, poderá ser transformado em fator positivo na medida em que sejamos um instrumento eficaz para a solução dos problemas nacionais pela via da compreensão e do entendimento, mas também pela capacidade de resistência e determinação de luta.

Somos a região mais pobre do Brasil. E, por isso mesmo, suficientemente despojada para olhar as dificuldades gerais do nosso País. Podemos vê-las com a clara consciência que nasce da nossa condição de pobres, enxergando a necessidade de enfrentar as questões nacionais como único meio de resolver os problemas do Nordeste.

Por contraditório que pareça, isso importa na intensificação da luta pelos nossos direitos, pois estamos situados num dos pólos das enormes desigualdades do País. Mostra nossa realidade social é exigir que ela comande as mudanças a nível nacional, evitando-se as simples modificações impostas pela tecnocracia que, como ocorreu, podem alterar a estrutura econômica, com sérios gravames a nível social.

Nossa região é o maior exemplo desse tipo de distorção. Aos índices de crescimento econômico, correspondia o aumento dos problemas sociais. A ausência de condições para que nosso povo se exprimisse, correspondia uma baixa nos investimentos federais na região para menos de 15 por cento, quando representamos um terço do País.

Não obstante, desejamos apenas ser tratados com equidade na distribuição dos recursos nacionais, direito de que devem desfrutar todos os Estados e regiões. Os supostos favores, que alguns poucos aqui gozados com o processo de concentração alegam termos recebido, são inexistentes, mesmo porque não podemos concordar que, a pretexto de redimir o Nordeste, sejam postos na conta do povo recursos dados a meia dúzia que, por vezes, nem aqui os aplicou.

Atingido fortemente pelo modelo econômico imposto ao País, Pernambuco perdeu mais, economicamente, do que outros Estados da Região. Nem por isso, tal como o Nordeste em relação ao Brasil, pretendemos mais do que a equidade que nos é devida, quebrando-se a decadência e o isolamento a que fomos relegados.

Nosso propósito é o de atuar de forma harmônica com os demais Estados, sobretudo os da nossa Região, dada a identidade de problemas a enfrentar. Para isso, temos que unir nosso povo e seus representantes, todos os que desejem lutar pela solução dos problemas que afligem nossa gente. Continuaremos a lutar contra a intolerância e pela união dos homens de boa vontade, honrando as nobres tradições de nossa gente.

Sempre procuramos ser fiéis a essas tradições e, por isso, acredito ter agora o direito de repetir o que disse em 1963.

—Ninguém é mais herdeiro das tradições do nosso passado que o próprio povo; mas herdeiro daquela autêntica e legítima tradição pernambucana e nordestina: tradição de trabalho, de resistência ao invasor, de luta pela independência; tradição da bravura, da coragem e do heroísmo de que deram provas brancos, negros e índios, senhores e es-

cravos, militares, comerciantes e sacerdotes, de que deu prova o povo do Nordeste, o povo de Pernambuco. Nós somos herdeiros dessa tradição admiramos e respeitamos os monumentos que a documentam, mas detestamos o culto da miséria, que se pratica através de um falso culto do passado. Nós não temos os olhos presos ao passado, não temos saudade do passado. Guardamos dele aquilo que nos ajuda a ampliar nossas perspectivas, todas elas projetadas no futuro. E o futuro, para o brasileiro atual, para o pernambucano que me escuta, é logo depois de agora. É cada dia que amanhece. A única diferença está em que cada dia amanhecerá inevitavelmente quer que queiramos quer não; mas o nosso futuro, o futuro do povo livre e emancipado economicamente e politicamente, esse nós temos que merecer, que conquistar a cada hora e a cada dia. E só nos será possível merecê-lo e conquistá-lo com trabalho e mais trabalho, com sacrifício e mais sacrifício. Sei que o povo de Pernambuco está disposto a isso, que não nos falta disposição para isso. E foi por isso e para isso que ele me colocou no Governo. Por isso é que aqui me apresento senhores representantes do povo para pedir a todos para pedir ao povo que se dedique ao trabalho e que me ajude a trabalhar. Acredito ter tudo o que um homem precisa ter para o trabalho.

Tenho o que tinha antes agora acrescido do que me deu a vida, por complicados caminhos, ao levar-me para estas terras onde tentei alargar minha concepção do mundo. Carrego, com muita honra, essas marcas do destino.

Como disse o grande poeta pernambucano:

«Sou um homem marcado
.....
Mas esta marca temerária
Entre as cinzas das estrelas
Há de um dia se apagar!»

Deputado
Ferreira Lima Filho

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR. JOÃO FERREIRA LIMA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PROFERIDO QUANDO DA FOSSE DE ALENCAR AO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Senhores Deputados:

Pela segunda vez — caso único na história política de Pernambuco — esta Casa tem a honra de receber, num espaço-tempo histórico relativamente curto, um mesmo cidadão para investir-se nas altas funções de Chefe do Executivo Estadual, alçado que foi, ontem como hoje, pela vontade popular, soberanamente expressa nas urnas.

Nesta oportunidade, no entanto, muito mais mesmo do que uma solene reunião para investidura de posse, fato normal nos regimes democráticos, Pernambuco, pelos seus representantes, resgata, aqui e agora, depois de quase vinte depositando, simbolicamente, nas chaves do Palácio do Campo das Princesas, de onde, certo dia, de lá foi arrancado pela força bruta do obscurantismo político-ideológico.

E ao fazer-lhe justiça, o nosso povo sente renascer as suas esperanças em dias melhores, simplesmente porque confia no líder forjado e temperado no calor dos mais duros embates; na verticalidade do seu caráter e, sobretudo, na irremovível coerência com que, ao longo do tempo, vem lutando em favor das camadas mais humildes, a "humanidade subalterna", como dizia Eça de Queiroz, ainda hoje ao largo dos generosos frutos do progresso.

Sertanejo do Araripe, Pátria menor dos seus antepassados, Miguel Arraes muito jovem ainda, veio para o Recife, onde completou os seus estudos, bacharelando-se pela Faculdade de Direito; aqui, constituiu família e, com obstinado esforço, iniciou a sua exemplar e irrepreensível vida pública.

Funcionário e, posteriormente, Delegado do IAA; Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na Administração Barbosa Lima Sobrinho, grande homem de bem cuja vida é motivo de honra e orgulho para todos os pernambucanos dignos deste nome; Deputado a esta Assembleia Legislativa, onde se houve sempre com dignidade e bravura, a serviço das mais nobres e justas causas populares; Prefeito do Recife, em cujo cargo teve a oportunidade de realizar um fecundo e dinâmico governo, tão eficiente quanto o desenvolvido pelo seu não menos ilustre antecessor Pelópidas Silveira, que Pernambuco inteiro, com muita justiça, respeito e admiração, Governador de Pernambuco, com absoluta fidelidade aos seus princípios e com absoluta fidelidade identificado com as aspirações das largas vertentes populares, iniciou, em janeiro de 1963, a mais democrática e transparente administração que o nosso Estado conheceu desde o advento da República.

A frente do Executivo Estadual, sem ressentimentos de qualquer natureza e completamente despojado de preconceitos, entregou-se por inteiro à missão de governar com e para os mais necessitados que representavam, a exemplo do que acontece ainda hoje, a maioria esmagadora de nossa gente.

De acordo com essa orientação, o Governador Miguel Arraes de Alencar voltou as suas vistas prioritariamente para os homens do campo das três regiões fisiográficas do Estado, notadamente os da mata, que, aos militares, mal sobre-

